

“Indefinição constitucional é um entrave”

ELIANA SIMONETTI

213

Uma das causas da dificuldade enfrentada pelo Brasil na negociação da dívida externa é a indefinição jurídico-constitucional. De imediato, para resolver este problema, o País deveria definir regras para o Estado parar de se intrometer na economia e, como fez d. João VI, “abrir os portos para as nações amigas”.

A análise da crise na economia brasileira foi feita a **O Estado** pelo consultor-geral da República, José Saulo Ramos, que afirmou ter conversado, na Europa, com advogados de grandes bancos que disseram estar recomendando cautela na assinatura de qualquer tipo de contrato, “porque seu cumprimento não depende do governo: se vier uma ordem constitucional contrária, nós não poderemos cumprir”.

Segundo o consultor, alguns advogados recomendaram cuidado já a partir do anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, à qual foi dada grande importância por ter sido criada por decreto presidencial. “Quando veio a Constituinte, repetindo as declarações de guerra contra o mundo, a posição do Brasil ficou em suspense”, explicou, acrescentando que não entra, neste momento, nem um dólar no Brasil, e que os investimentos estão sendo feitos somente com recursos próprios, “insuficientes para a necessidade do nosso crescimento”.

A nova carta constitucional, segundo Saulo Ramos, tem que ser elaborada rapidamente e da forma mais ajuizada possível. “A nossa soberania está garantida, ninguém vai levar”, disse ele, defendendo a idéia da entrada de capital estrangeiro no País sob o argumento de que uma empresa pode ser nociva e ser exclusivamente brasileira, como as financeiras que quebraram recentemente, e, por outro lado, uma multinacional pode ser honestíssima. “Não é pela nacionalidade que se vai julgar a hipótese de ser honesto ou não”, concluiu, afirmando que “o Brasil não precisa ter medo de mais nada, pode receber qualquer tipo de capital”.

A solução estaria na garantia pela Constituição não só de interesses estrangeiros no País, mas também na garantia do livre mercado. “Com a livre iniciativa, a concorrência e a criatividade são maiores e o comércio responde. A troca é mais veloz, os produtos são de melhor qualidade, o preço cai e os empregos crescem. A estatização leva precisamente ao contrário”, disse. Para Saulo Ramos, o Estado só deveria intervir na economia em pontos considerados de segurança nacional ou naqueles onde a iniciativa privada não tivesse interesse. Ele contou que, embora o governo Sarney, nos últimos dois anos e meio, tenha tentado tirar o Estado da economia, verificou que “não há possibilidade de conseguir efeito razoável, porque a máquina está de tal forma estruturada que não reage ao comando, é um robô que continua avançando. O esforço que a gente faz e as decepções que sofre são muito grandes”, afirmou, concluindo que “tudo isso pode ser consertado com a autoridade do comando constitucional, que deve dar um efetivo destaque à economia de mercado, porque fora dela não há condições de crescer, progredir, modernizar”.

Conforme argumenta o consultor, fora da economia de mercado não há salvação para países em desenvolvimento. Ele cita o exemplo da China comunista e da União Soviética, “que estão fazendo **joint-ventures** com todo o tipo de capital. Nós precisamos acabar com o preconceito contra o lucro”, disse ele.

A pressa na solução da negociação da dívida externa vem da conclusão de que é ela a responsável pela maior pressão inflacionária sofrida no País. “O problema da dívida externa foi herdado pelo governo Sarney, que não fez um tostão de empréstimo”, disse Saulo Ramos, explicando que o resultado da exportação de café, cacau e soja, por exemplo, não entra na balança comercial do País: vai direto para os bancos estrangeiros, para o pagamento dos US\$ 12 bilhões de juros da dívida. “Isso dá um desequilíbrio danado, porque os cruzados foram emitidos aqui dentro.”